

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DESAFIO DAS ESCOLAS

Maria Emanuela Oliveira dos Santos¹
Renata Faustino dos Santos Bezerra²
Delane Kátia Silva Gomes³
Isabel Guimarães Diógenes⁴
Antônia Ieda de Souza Prado⁵

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2015, o Ministério da Saúde confirma a alteração significativa no padrão de bebês nascidos com microcefalia em virtude da Zika (BRASIL, 2017). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a microcefalia é uma malformação congênita definida como um tamanho de cabeça menor comparada com os valores de padrões, associada a um crescimento insuficiente do cérebro (OMS, 2016). Nessa perspectiva, crianças vítimas pelo vírus Zika, ainda na gestação, estão ingressando na primeira etapa da Educação Básica.

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar tem como pressuposto o respeito a particularidade e individualidade de cada ser; bem como, a valorização da pluralidade humana. Tendo em vista que a matrícula de crianças com microcefalia irá aumentar no âmbito escolar, levanta-se um problema: Como a escola está sendo formada e informada para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças com microcefalia?

A inclusão escolar não é só uma questão educacional, mas social e subjetiva. Cada aluno é diferente no que se refere à estilo e ao ritmo de aprendizagem, principalmente as crianças com necessidades especiais. Temos em nosso meio não somente profissionais com pré-conceitos e preconceito, mas também desinformados e estagnados em conhecimentos desatualizados em relação às deficiências mais comuns e até mesmo dos próprios alunos.

A criança diagnosticada com microcefalia, apresenta atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor e um grau de atraso mental, que para além da sua permanência na escola, esse tipo de deficiência tem características de doença, exigindo cuidados clínicos e ações terapêuticas. A demonstração de que o vírus Zika leva a microcefalia, escreveu um novo capítulo da história da medicina e da educação. Nesse sentido, a objetivo deste trabalho é

¹ Mestranda pelo Curso de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar – IPT. Especialista pelo Curso de Gestão escolar e coordenação pedagógica do Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7. Graduada do Curso de Pedagogia da Faculdade Cearense – FaC. Professora da rede municipal de Fortaleza, manu.oliver.07@gmail.com

² Mestranda pelo Curso de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar – IPT. Especialista pelo Curso de Gestão escolar da UECE. Pedagoga. Consultora e assessora pedagógica, renatafaustinoBezerra@gmail.com

³ Mestranda pelo Curso de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar – IPT. Especialista pelo Curso de Gestão e Coordenação Pedagógica pela Universidade Vale do Jaguaribe- UVJ. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Vale do Acaraú-UVA. Licenciatura em História e Geografia pela UVA. Professora da rede municipal de Fortaleza, delane_k@yahoo.com.br

⁴ Mestranda em Gestão pelo Instituto Politécnico de Tomar – IPT. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pela Faculdade Christus. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Contemporânea. Graduada Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Gestora Escolar - SME isabel.diogenes31@gmail.com

⁵ Professor orientador: Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Ceará - UFC, jedaprado@hotmail.com

identificar os limites e possibilidades no processo de inclusão escolar das crianças com microcefalia na Educação Infantil.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A garantia do direito pleno de todos à educação é assegurada pela legislação e documentos que embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil e tem se configurado com um novo olhar para a Educação Especial e Inclusiva. A colocação de crianças com deficiência nas classes regulares deve constituir parte integrante dos planos nacionais que visam a educação para todos. Mesmo nos casos excepcionais, em que as crianças são postas em escolas especiais, a sua educação não deve ser inteiramente segregada, encorajando-se a frequência de escolas regulares a meio tempo (SALAMANCA, 1994, p. 18).

Os dados do estudo foram obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, e a pesquisa concluiu que a inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola (NEE), embora importante e fundamentada por lei, não tem sido condição suficiente. Garantir o acesso à escola de crianças com NEE, com destaque para crianças com microcefalia, requer políticas públicas efetivas, estrutura física adequada e qualificação dos profissionais de educação. Concluiu também a escassez de materiais de pesquisa sobre a microcefalia na área da educação. Bem como, quanto mais cedo essas crianças tenham experiências em espaços educacionais, mais favorável serão seu desenvolvimento na aprendizagem (dentro de suas possibilidades cognitivas) e mais significativamente no aspecto social e motriz.

METODOLOGIA

Compreender os eventos sociais por aspectos qualitativos dá sentido e explicação as ciências naturais em seus recursos quantitativos (SANTOS, 2008). Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Nesse sentido, o presente estudo terá uma abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico.

O estudo baseia-se em uma revisão de literatura realizada em artigos, periódicos e dissertações no Google acadêmico e *Scientific Eletronic Library* (SciELO), entre os anos 2013 a 2019, tendo como palavras chaves educação e microcefalia; assim como as bases de dados são encontradas em livros, documentos e leis brasileiras sobre inclusão. O material de pesquisa encontrado foi discutido e analisado, no entanto a maior parte foi excluída, pois tinha o foco voltado para a área da saúde, e alguns da área da educação também por não contemplarem o tema; reduzindo ainda mais a pesquisa. Mais de 1.000 resultados sobre a microcefalia, destes 12% relacionados a educação e apenas 3% importantes para o embasamento do estudo.

Foi escolhido a partir do ano de 2013 e não de 2015, pois foi possível encontrar maior número de estudos sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar da criança com microcefalia na Educação Infantil, seja na creche ou pré-escola, é em si um processo desafiador para os pais, bem como, para os gestores e professores, pois exige que haja uma reflexão constante sobre o tema e a função da escola regular diante do mesmo.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos

organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (SALAMANCA, 1994, p. 5).

A construção da escola inclusiva, que perpassa pelo caminho das adaptações curriculares, deve ter como premissa que a inclusão consiste em um processo gradual, que requer ajuda ao aluno, à família e à comunidade escolar.

O sucesso dessas escolas que favorecem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação depende de um esforço concertado, não só dos professores e do pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários (SALAMANCA, 1994, p.11). Mantoan (2003) acrescenta que o exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre atores da escola é um dos pontos-chave do aprimoramento em serviço.

Para garantir uma escola inclusiva, receptiva e responsiva, também se faz necessárias transformações nas políticas públicas educacionais. Nessa perspectiva, em 2000 foi publicada uma edição complementar direcionada às crianças com deficiências, denominada “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para educação de crianças com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2000). O objetivo deste novo documento foi subsidiar um trabalho educativo, junto às crianças com deficiência de 0 a 6 anos, de maneira a aperfeiçoar o atendimento especializado dado a essas crianças, além de conduzir e apoiar o processo educacional em creches e pré-escolas, por meio de um trabalho multidisciplinar realizado pelos gestores das políticas educacionais, da saúde e assistência social (BRASIL, 2000).

A Resolução nº 4 do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), de 2 de outubro de 2009, instituiu as “Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 1). No artigo 5º apresenta as características do AEE:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009, p. 2).

De acordo com Gomes *et al.* (2007), a escola comum deve se equipar com salas de atendimento educacional especializado (AEE) e propiciar condições para que o aluno se expresse, pesquise, invente hipóteses e construa seu próprio conhecimento, dentro de suas possibilidades.

Mantoan (2003) traz à reflexão sobre a formação em serviço, que para além de uma especialização, é imprescindível que ressignifique o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Nesse sentido, para que a escola consiga trabalhar de forma inclusiva com as crianças com microcefalia, é necessário, além de uma formação consistente dos professores, que haja um respaldo por parte da gestão escolar, e que esta, por sua vez, adote um caráter democrático e participativo (GOMES *et al.*, 2007).

A sociedade vem alcançando o direito de uma escola que inclui, ou melhor, uma educação que respeita à pluralidade e à diversidade das pessoas e alunos que convivem nos espaços educativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Inclusiva, nas últimas décadas, passou por processo de conquistas em leis e estatutos, que historicamente trouxeram quebra de paradigmas de concepção e abordagem. Antes os deficientes precisavam se integrar aos moldes e práticas da escola, hoje a escola está se ressignificando de acordo com o paradigma de ética, cidadania e democracia, se adequando a todas as pessoas independente de características física, mental e motora.

Os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), em destaque os com microcefalia não tem só o acesso a uma instituição de ensino, mas ganhos significativos com uma educação de qualidade, igualitária e sensível a sua condição, que em alguns casos necessitam do apoio individual de um profissional.

Em 2013, Sá em sua tese de mestrado realizou um estudo de caso com uma criança diagnosticada com microcefalia. A autora discorre um Plano de Intervenção Precoce para crianças com microcefalia, testado no aluno G. A investigação contribui na prática de intervenções que auxiliam o professor em sala de aula, nas quais se executadas nos anos iniciais é possível encontrar “mananciais no deserto” (grifo do autor).

A intervenção precoce em crianças necessidades educacionais especiais (NEE), em especial as com microcefalia, tem como sustentação o desenvolvimento de uma prática educativa com pilares na perspectiva ecológico-sistêmica e multidisciplinar. Na perspectiva de promover o desenvolvimento da criança na escola e enriquecendo as práticas de intervenção em casa, ajudando e apoiando as famílias no progresso dos filhos (SÁ, 2013).

Vale ressaltar que Art. 15 da LBIPD (BRASIL, 2015) vai de encontro com as necessidades das crianças com microcefalia. A lei menciona que a avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades de cada pessoa, deve observar as seguintes diretrizes:

I - diagnóstico e intervenção precoces; II - adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de aptidões; III - atuação permanente, integrada e articulada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência; IV - oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência; V - prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

SEIBT (2017) publicou um artigo com o tema Educação Especial e Inclusiva, um Novo Desafio Escolar: Microcefalia. Tendo a finalidade de conscientizar o professor a refletir sobre a importância da educação especial em crianças desde a mais tenra idade considerando a sua periodização, respeitando seus aspectos intelectual, cognitivo e social. Em seus achados, concluiu que a escola deve proporcionar a criança com deficiência, uma aula diversificada com momentos e condições que favoreça e oportunize o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. No entanto, no que se refere à acessibilidade de materiais pedagógicos, texto e referências bibliográficas acerca da microcefalia ainda se fazem escassos, tornando-se uma grande dificuldade a aplicação das intervenções pedagógicas necessárias a essas crianças.

De acordo com Lima *et al.* (2017), é obrigação do município e da escola proporcionar formações aos professores com alunos deficientes, principalmente com microcefalia, uma situação de urgência social e que será mais comum nos próximos anos em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A microcefalia provoca lesões no cérebro em graus distintos e não é uma deficiência nova para a educação, mas os casos eram tão raros que nos cursos graduação o assunto não era aprofundado como a Síndrome de Down, o Transtorno do Espectro Autista, as

deficiência auditiva, visual e motora. Contudo, a forma como ocorreu a proliferação dessa deficiência surpreendeu a sociedade, as famílias, os profissionais da saúde e agora os profissionais da educação.

Conforme a pesquisa, conclui-se que as crianças com microcefalia que estão chegando na escola, necessitam de mudanças na gestão da sala de aula, no currículo e na própria infraestrutura dos diversos níveis do sistema educativo; bem como, requer articulação entre os diferentes sujeitos educativos para o acolhimento dessas crianças.

Assim como, percebe-se como fundamental a criação de grupos de estudos nas escolas e formação continuada, à luz da ciência sobre microcefalia, para compreensão das reais necessidades educacionais desses alunos. Uma vez que, as escolas enfrentam as limitações tanto de material de estudo sobre microcefalia, como de formação continuada; apesar de todo o esforço profissional e pessoal.

Portanto, para as escolas incluírem as crianças com microcefalia, é necessário reestruturar culturas e práticas, entender a diversidade como um recurso de apoio à aprendizagem e destacar seu papel no desenvolvimento dos valores, reconhecendo a inclusão na educação como um dos aspectos da inclusão na sociedade.

Palavras-chave: Educação, Microcefalia, Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Projeto Escola Viva: **garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vírus Zika no Brasil: a resposta do SUS** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/virus_zika_brasil_resposta_sus.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das. Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. UNESCO, 1994.

GOMES, A. L. Limaverde et al. Atendimento educacional especializado: **deficiência mental.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 82 p.

LIMA, R. R. A; SILVA, R. B; SILVA Jr, O. R. S; SILVA, V. M. M. A. INCLUSÃO DO ALUNO COM MICROCEFALIA: A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE PERNAMBUCO. IN: IV CONEDU, 2017, João Pessoa. **Anais...** Paraíba: REALIZE, 2017. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA1_ID2648_09092017145157.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: **o que é? por quê? como fazer?** São. Paulo: Moderna, 2003.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Disponível em:

<<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/microcephaly/pt/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

SÁ, L. M. S. M. P. **Intervenção Precoce e Microcefalia Estratégias de Intervenção Eficazes.** Escola Superior de Educação João de Deus. Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial no Domínio Cognitivo-Motor [Dissertação], Lisboa, 2013.

Acesso em:

<file:///C:/Users/User/Desktop/Projeto%20mestrado/Tese_Mestrado.pdf>. 22 jan. 2018.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEIBT, M.T.S. **Educação Especial e Inclusiva, um Novo Desafio Escolar: Microcefalia.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 9. Ano 02, Vol. 01. pp 130-147, Dezembro de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em:

<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafio-escolar-microcefalia>>. Acesso em: 19 jan. 2018.